

JOSE ANTONIO TEODORO ROSA JUNIOR

Rua: 21 de Abril, nº 606 - Alto Paraná, Redenção do Gurguéia, Pará 68.550-307 • (94) 99296-1824
• adv.teodorojunior@outlook.com

Resumo profissional

Assessor jurídico. Reconhecido por assessoria em necessidades operacionais e desenvolvimento de soluções para poupar custos, desenvolver lucro e direcionar a satisfação, transparência, e lisura em processos licitatórios. Engenhoso e bem organizado, com excelentes competências em liderança e desenvolvimento de equipes.

Histórico profissional

Procurador Jurídico, 02/2018 – 02/2021

Prefeitura de Municipal de Cumaru do Norte - Pará – Cumaru do Norte, Pará

Elaboração de Pareceres técnicos

Elaboração de editais, e processos licitatórios

Advogado especializado em direito público, 02/2016 – 01/2018

escritório de advocacia Dr. Pedro Carneiro – Redenção, Pará

- Representação de clientes perante tribunais em debate oral, construindo narrativas favoráveis e honestas em torno das provas e fatos apresentados.
- Preparo de documentos de defesa articulando os objetivos dos clientes dentro dos limites das leis aplicáveis.
- Consultoria e aconselhamento a parlamentares para suporte ao desenvolvimento e elaboração de projetos de lei orgânicas e implementação de procedimentos.

Formação acadêmica

30/06/2015: BACHAREL EM DIREITO, 07/2015

FACULDADE CATHEDRAL DE ENSINO SUPERIOR - Boa Vista, RR

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

Competências

- Procedimentos jurídicos e de tribunais
- Precedente jurídico
- Trabalho em equipe
- Gestão de equipe
- Resolução de problemas
- Habilidades em comunicação



FACULDADE CATHEDRAL DE ENSINO SUPERIOR

(Credenciada pela Portaria do MEC/SESu Nº 602, de 27/08/2008, publicada no DOU de 28/08/2008)



O Diretor Acadêmico da Faculdade Cathedral, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso Superior de Direito em 30/06/2015 e Colação de Grau em 10/07/2015, confere o título de *Bacharel(a) em Direito* a

José Antonio Teodoro Rosa Junior

de nacionalidade brasileira, nascido(a) em 12 de dezembro de 1990, natural do Estado do Pará, e outorga-lhe o presente diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Boca Vista, 09 de Setembro de 2015.

Marcos Pereira da Silva
Prof. M^o. Marcos Pereira da Silva
Coordenador do Curso

Diplomado(a)

6127796(OB)PA

Prof. Dr. José Sereno Apuanedi
Diretor Acadêmico

FACULDADE CATHEDRAL DE
ENSINO SUPERIOR

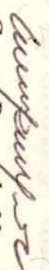
CURSO DE DIREITO
BACHARELADO


Reconhecido pela Portaria nº 29 -
SRSES/MEC de 26/03/2012, publicada no
D.O.U. DE 28/03/2012.

MEC – UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RORAIMA

Diploma registrado sob nº 246 Livro -
nº DI-04, fls. 062 em 08/09/2015. Processo
nº 3588/2015 em conformidade com o disposto
no § 1º do artigo 48, da Lei nº 9.394 de
20/12/1996..

DERCA, 08 de Setembro de 2015.


Maria Goreth Peres do Nascimento
Chefe da Divisão de Registro e Controle
Acadêmico


Acácia Duarte
Diretora do Departamento de Registro e Controle
Acadêmico

TEM FE PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 12934130

USO OBRIGATORIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.966/94)



ASSINATURA DO PORTADOR



OBSERVAÇÕES





ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO PARA
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
JOSE ANTONIO TEODORO ROSA JUNIOR

FILIAÇÃO
JOSE ANTONIO TEODORO ROSA

NOME
CLAIR MACIEL DA ROSA

NATURALIDADE
REDEÇÃO-PA

RS
6127796 - SSP-PA

DOADOR DE OBRAS E TÍTULOS
NÃO


DATA DE NASCIMENTO
12/12/1990

CNPJ
004.030.422-16

VIA EXPEDIDO EM
01 16/04/2018

ALBERTO CAMPOS
PRESIDENTE
ALBERTO ANTONIO DE ALBUQUERQUE CAMPOS

INSCRIÇÃO:
23672-B





FACULDADE EDUCACIONAL DA LAPA

Estado do Paraná

Pós-Graduação Lato Sensu

O Diretor da Faculdade Educacional da Lapa - FAEL, no uso de suas atribuições regimentais certifica que

José Antonio Teodoro Rosa Junior

de nacionalidade brasileira, nascido em 12 de dezembro de 1990, portador do RG. nº. 6127796/PC/PA, concluiu o curso de Pós-Graduação, nível de Especialização em **Direito Público com Ênfase em Contratos e Licitações**, Área de Conhecimento: Ciências Sociais, negócios e direito, realizado no período de 27/06/2017 a 31/08/2020 de acordo com a Resolução CNE/CES nº 01/2018, perfazendo um total de 420 (Quatrocentas e Vinte) horas.

Lapa, 30 de janeiro de 2021.


Márcia Helena Gonçalves
Secretária


José Antonio Teodoro Rosa Junior
Pós-Graduado


Francisco Carlos Sardo
Diretor

Site de Validação: <https://fael.edu.br/institucional/validacao-de-certificado>

Aluno: 151504759 - José Antonio Teodoro Rosa Junior
 Curso: Direito Público com Ênfase em Contratos e Licitações

Registro: 249 Livro: 100 Folha: 10
 Data do Registro: 31 de agosto de 2020

Disciplina	CH	Docente	Titulação	Nota	Conc.	Freq.
Administração Pública e Regimes de Contratações	30	Ingrid Hassen Maurer	Especialista	7,0	C	100%
Arbitragem e Conciliação	30	Andressa Mara Prestes Barbosa	Especialista	10,0	A	100%
Direito Administrativo e Responsabilidade Civil do Estado	30	Andressa Mara Prestes Barbosa	Especialista	9,0	A	100%
Direito Constitucional Aplicado	30	Michelle Chalbaud Biscaia Hartmann	Mestra	9,0	A	100%
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	30	Carlos Eduardo Dipp Schoembakla	Mestre	7,0	C	100%
Ética e Deontologia Jurídica	30	Vinicius Teodoro de Oliveira	Especialista	10,0	A	100%
Fundamentos da Gestão Pública	30	Anna Carolina Amorim da Costa	Especialista	9,0	A	100%
Hermenêutica e Argumentação Jurídica	30	Marco Antonio Lima Berberli	Mestre	8,0	B	100%
Licitações e Contratos Públicos	30	Adriana da Costa Ricardo Schier	Doutora	9,0	A	100%
Metodologia da Pesquisa Jurídica	30	José Geraldo Castaldi	Mestre	10,0	A	100%
Parceria Público-Privada - Fundamentos e Responsabilidades	30	David Mauricio Escobar Gomez	Especialista	10,0	A	100%
Teoria Geral do Estado e Direito Administrativo	30	Marco Antonio Lima Berberli	Mestre	7,0	C	100%

Título do Trabalho de Conclusão de Curso: TIPOS E IMPORTÂNCIA DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS PARA A GESTÃO PÚBLICA. REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Nota TCC: 80.00 Conceito TCC: B Docente Orientador: Kelly Pauline Baran

Carga Horária Disciplinas: 360.00

Carga Horária TCC: 60.00

Carga Horária Total: 420.00

Legenda

A: 9,0 a 10,0

B: 8,0 a 8,9

C: 7,0 a 7,9

D: Insuficiente

FACULDADE EDUCACIONAL DA LAPA Recredenciada pela Portaria nº 197 de 2016. Publicada no D.O.U. nº 68 de 11 de abril de 2016, seção 1, pg. 25.
 Recredenciamento para oferta de cursos em EAD: Portaria nº 756 de 2017, publicada no D.O.U. nº 119 de 23 de junho de 2017, seção 1, pg. 16.

O presente curso de Pós-Graduação Lato Sensu em nível de Especialização, cumpriu todas as disposições e normas da Resolução CNE/CES nº 01/2018 publicado no D.O.U nº 67 de 09/04/2018, seção 1 pg. 43.

Lapa, 30 de janeiro de 2021.



Documento Gerado e Assinado Digitalmente em 30/01/2021 às 15:39:11 (data e hora de Brasília).
 Dados do Assinante: SOCIEDADE TECNICA EDUCACIONAL DA LAPA S A - CPF/CNPJ: 02.558.975/0001-65
 Código de Verificação: 31356a536f52493747344d3d
 Valide esse documento em: <https://fael.edu.br/institucional/validacao-de-certificado> Informando o código de verificação.

CERTIFICADO

Certificamos para todos os fins que

JOSE ANTÔNIO TEODORO ROSA JUNIOR

participou, com êxito, do curso Licitações públicas e formação de Pregoeiros (incluindo Pregão Eletrônico por meio do Comprasnet), na modalidade presencial, realizado nos dias 16 a 20 de agosto de 2021, em Belém/PA, com carga horária de 40 horas.

O conteúdo ministrado encontra-se no verso deste certificado.

instituto
CERTAME

Juvenina B Xavier
A B XAVIER TREINAMENTOS
CNPJ - 11.669.032/0001-09



Licitações públicas e formação de Pregoeiros (incluindo Pregão Eletrônico no Comprasnet)

Com o Professor Nilo Cruz Neto

Módulo I: Aspectos gerais do Pregão Eletrônico e introdução ao Decreto nº 10.024/2019

Introdução à modalidade pregão. Breve histórico e aplicabilidade. Objetos licitáveis por pregão. Bens e serviços comuns. Serviços de engenharia. Vedações. Principais características do Pregão e diferenças procedimentais básicas em relação às demais modalidades. Diferenças procedimentais básicas entre o pregão presencial e o pregão eletrônico. Legislação aplicável ao pregão e pregão nas prefeituras. Dec. 10.024/2019. IN SEGES 206/2019. Decisões e recomendações de órgãos de controle.

Módulo II: Fase interna e externa segundo o Decreto nº 10.024/2019

Pregoeiro e equipe de apoio: atribuições e responsabilidades. Papel da Autoridade administrativa. Responsabilidade e responsabilização pela elaboração do edital. Definição do objeto e Termo de Referência. Edital: conteúdo básico. Modelos e editais da AGU. Orçamento sigiloso. Publicação. Prazo. Contagem. Credenciamento. SicaF. Impugnações e Esclarecimentos. Alterações no Edital. Modos de disputa. Modo de disputa aberto. Modo de disputa aberto e fechado. Intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances. Análise de conformidade em relação às propostas. Diligências. Recursos. Intenção de recurso. Decisão. Encerramento do procedimento. Homologação.

Módulo III: Vantagens às ME/EPP e Sistema de Registro de Preços

Diferimento de regularidade fiscal e trabalhista. Empate ficto. Licitação exclusiva. Cotas reservada e de ampla disputa. Subcontratação. Fundamento legal e regulamentação do SRP nos entes federativos. Definição do sistema de registro de preços. Hipóteses de utilização. Vantagens e desvantagens. Tipos de licitação. Características da licitação para registro de preços. Planejamento da contratação e o SRP. Disponibilidade orçamentária. Procedimento prévio da Intenção de Registro de Preços – IRP. Prazo. Obrigatoriedade. Análise pelo gerenciador. Consolidação do quantitativo e da pesquisa de preços. Inclusão de participante após a IRP. Órgão gerenciador, órgão participante e órgão não participante. Ata de Registro de Preços. Vigência máxima da ata. Alteração quantitativa e qualitativa do objeto registrado. Adesões de órgãos/entidades não participantes (caronas). Os órgãos de controle e a evolução do Instituto (visão atual). Limites global e individual. Requisitos previstos no Decreto Federal 9.488/2018. Adesão vertical. Identidade entre o objeto registrado e aquele fornecido ao aderente.

Módulo IV: Cadastrando empresas no SICAF: credenciamento, inclusão e atualização

SISG, SIASG, UASG, SICAF e Comprasnet: o que essas siglas significam e porque o empresário deve conhecê-las? Cadastro na Plataforma GOV.BR. Acessando o SICAF – Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedor do Governo Federal. Alerta ao empresário: golpes envolvendo o cadastramento no SICAF. Requisitos para o cadastro. Escolhendo as linhas de atuação da empresa. Documentos necessários ao cadastro e níveis de cadastramento: Nível I – Credenciamento;

Nível II – Habilitação Jurídica; Nível III – Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal; Nível IV – Regularidade Fiscal Estadual e Municipal; Nível V – Qualificação Técnica; Nível VI – Qualificação Econômico-Financeira. Inserção de documentos de habilitação no sistema, e atualização de documentos. Passo a passo na operacionalização do SICAF pelo empresário. Visão geral do SICAF, acesso do fornecedor. O que o empresário consegue visualizar no SICAF? O que o pregoeiro consegue visualizar no SICAF? Consultas ao SICAF.

Módulo V: Criando a conta da empresa no Comprasnet, conhecendo o Comprasnet Mobile e o Comprasnet

Cadastramento da empresa no Comprasnet (Fornecedor Pessoa Jurídica). Menu do fornecedor. Dados cadastrais. Controle de usuários e senhas. Serviços disponíveis por perfil. Cotação Eletrônica. Pregão Eletrônico. RDC Eletrônico. Aviso de Licitações por e-mail. Download de Editais. Pesquisa licitações e registro das propostas iniciais. Download de editais e aviso de licitações por e-mail. Comprasnet Mobile. Menu do empresário no Comprasnet. Menu Proposta: incluir (cadastral), excluir e consultar. Campos "Qtd. Ofertada", "Valor Unit. (R\$)", "Valor Total (R\$)", "Marca", "Fabricante", "Modelo/Versão", "Descrição Detalhada do Objeto Ofertado". Declarações obrigatórias. Anexando a proposta inicial e os documentos de habilitação. Cuidados essenciais para não ser desclassificado.

Módulo VI: Adesão de um órgão municipal ao Comprasnet

Sistema de Gestão de Acesso. Passo a passo, com um caso real, em sala de aula.

Módulo VII: Como fazer pesquisa preliminar de preços

Pesquisa preliminar de preços. Normas e jurisprudência. Fontes de pesquisa e cesta de preços aceitáveis. Cautelas na cotação de preços. Quando usar a média, a mediana e o menor preço. Fazendo pesquisa a partir do Painel de Preços do Comprasnet. Outras opções pagas e gratuitas de pesquisa de preços. Consultas ao Mural de Contratos do SACOP. Simulações práticas de pesquisas preliminares de preços.

Módulo VIII: Pregão no Comprasnet (pelo menos 16 horas)

Cadastramento do aviso de licitação. Cadastro de Intenção de Registro de Preços. Prática de Pregão Eletrônico segundo o Decreto nº 10.024/2019. Vinculação da equipe do pregão. Inclusão de avisos, esclarecimentos e impugnações ao Edital. Operação da sessão pública (modo aberto), Governo. Operação da sessão pública (modo aberto), Empresário. Operação da sessão pública (modo aberto e fechado), Governo. Operação da sessão pública (modo aberto e fechado), Empresário. Envio de lances e negociação na sessão pública. Consulta ao SicaF após a etapa competitiva. Julgamento da proposta/habilitação. Etapa recursal. Adjudicação. Procedimento de cotação eletrônica.

